



# Correspondentes de paz: o “Jornalismo para a Paz” como hipótese

**Vanessa Schabbach Felipe**

## 1. Introdução

Tendo em vista a repercussão e o impacto que uma guerra pode ter na vida das pessoas, o modo como os meios de comunicação e os jornalistas se posicionam frente a uma guerra e a maneira como abordam, apresentam, explicam e transmitem a mesma para o público é especialmente importante. A relação entre *media* e conflitos é problemática e, por isso mesmo, deve ser debatida, analisada e revista. Exemplos para afirmar que esta relação é preocupante não faltam. A cobertura mediática da Guerra no Iraque é um dos casos mais recentes e nítidos. Em relação aos conflitos, o discurso jornalístico dominante é aquele que prioriza a violência em detrimento da paz, a propaganda em detrimento da verdade, a objetividade em detrimento do comprometimento. É um jornalismo distante, cuja pretensão é relatar o conflito de maneira imparcial e objetiva. E, justamente por ser distante e objetivo, corre o risco de converter o discurso hegemônico, daqueles que querem justificar, legitimar ou continuar a guerra, no seu próprio discurso.

É importante ficar claro que não se está afirmando que todo “Jornalismo de Guerra” é um mau jornalismo. Muito pelo contrário, dentro deste “Jornalismo de Guerra”, existe o bom

jornalismo, aquele que consegue – ou, pelo menos, tenta – ser o mais objetivo possível. Aquele que tenta mostrar o conflito sem fazer apologia a nenhum dos grupos envolvidos no mesmo. O que pretendo mostrar é esse o que atual modelo jornalístico dominante, aquele que, consciente ou inconscientemente, pode se constituir em instrumento de propaganda para um dos grupos em conflito, não é a única possibilidade. Há outras lógicas e correntes a seguir na hora de cobrir e noticiar um conflito. Uma destas alternativas é o que vem sendo chamado de “Jornalismo para a Paz”. É um jornalismo declaradamente comprometido com a transformação da realidade, um jornalismo consciente de que a atuação dos jornalistas e dos *media* pode interferir no desenrolar de acontecimentos futuros, contribuindo para o impulso da violência ou para o impulso da paz. Um jornalismo que pode ser entendido como expressão de um conhecimento crítico, ou seja, comprometido não só com a simples observação ou descrição da realidade, mas com a transformação da mesma.

Não se pretende e nem se espera substituir o “Jornalismo de Guerra” por um “Jornalismo para a Paz”. De acordo com Pedro Caldeira Rodrigues, “a tensão entre jornalismo de guerra e jornalismo para a paz está associada à outra tensão existente: entre distanciamento e compromisso” (Rodrigues *in* Pureza e Ferrándiz, 2003: 12). O que se pretende mostrar é que, mais do que relatar o que está acontecendo durante o conflito, é preciso explicar o porquê deste conflito e apontar possíveis saídas pacíficas para o mesmo. Como destaca Rodrigues, “quando as pessoas não sabem onde estão as alternativas, não lutam por elas. Sobretudo pelo fato de não serem reveladas” (*ibid*: 93).

Na opinião de José Manuel Pureza e Francisco Ferrándiz, cada vez mais, a difusão de informação meticulosa, bem fundamentada, crítica e independente se torna fundamental. Uma informação alternativa revela-se crucial para a formação e o desenvolvimento de importantes coligações internacionais, para a concepção de respostas mais adequadas e sustentáveis a situações de crise e para a capacitação de ativistas pela paz nos planos nacional e internacional (2003: 9-10). “Quando a economia, a política e os níveis de audiência se tornam a prioridade dos *media*, quando os conflitos aparecem sistematicamente reduzidos a atraentes fogos-de-artifício televisivos, chegamos a um ponto

em que a crítica fundamentada da indústria noticiosa dominante se tornou uma necessidade” (*ibid*: 10-11).

## **2. Jornalismo e Guerra: o discurso e a relação dominantes**

Os *media* são, para a maioria das pessoas, a única fonte de informação sobre as guerras contemporâneas, criando e transmitindo a imagem que a sociedade tem e terá das mesmas. Para Alejandro Quintero, a maior ou menor atenção que se dedica a um conflito, as valorações e posturas que a mídia expressa sobre o mesmo geram uma opinião pública com uma atitude determinada frente ao confronto (Quintero *in* Pureza e Ferrándiz, 2004: 20). Daí a importância de se (re)pensar o modo como se abordam e apresentam as notícias sobre os conflitos atuais. As últimas guerras do século XX e as que ocorreram no início do século XIX evidenciaram como talvez nunca antes a proximidade, assim como os perigos e os abusos desta proximidade, entre os meios de comunicação e as estratégias política, econômica e militar das grandes potências mundiais. De acordo com Pureza e Ferrándiz, as conhecidas limitações dos *media*, que “empacotam” os conflitos para consumo das massas, estão intimamente relacionadas com os limites dos formatos noticiosos e com as agendas econômica e política que determinam o tempo, a estrutura e o conteúdo das notícias (2003: 10). As guerras são convertidas em espetáculos, os inimigos são demonizados como selvagens, sociedades e culturas são simplificadas a um nível verdadeiramente caricatural, as condições históricas e estruturais dos conflitos são obscurecidas pela retórica dos chamados peritos. “Num quadro em que o flagrante controle da informação, a manipulação e a auto-censura marcam estes espetáculos mediáticos, é muito difícil duvidar da cumplicidade entre a cobertura mediática dominante e as agendas políticas e militares mais poderosas em situações de conflito” (*ibid*: 10).

Na opinião de Pedro Caldeira Rodrigues, existe uma tendência para a simplificação e o maquiagem. A história se concentra nos protagonistas principais. O “campo da paz” é marginalizado e quase reduzido ao silêncio, como o foram, principalmente nos *media* dos EUA, as vozes que criticaram a “guerra contra o terrorismo” decretada após o 11 de Setembro de 2001 pela administração de George W. Bush, num clima geral de “segurança

nacional reforçada”. De fato, poucas vozes críticas tiveram acesso ao espaço televisivo, incluindo nos debates. Muitos *media*, ao permitirem que sejam os Governos a definir o que está em causa, promovem os piores cenários (Rodrigues *in* Pureza e Ferrándiz: 93).

A cobertura da denominada “guerra ao terrorismo” alterou o tradicional relacionamento entre os *media* e os militares. Ao contrário do que aconteceu, por exemplo, na Guerra do Vietname, foi abandonado o hipercriticismo do passado, e os *media* tornaram-se cúmplices e difusores das estratégias e dos discursos militares e políticos. Em vez de manterem o distanciamento – a objetividade, defendida pelo próprio jornalismo de guerra –, passaram a apoiar. A cobertura desta guerra marcou uma nova fase do “jornalismo de guerra” norte-americano e também o início de uma tremenda pressão sobre os meios de comunicação para que as ações e a política dos EUA fossem apresentadas da forma mais conveniente para o Governo. As reportagens independentes voltaram a ser exceção, e as mortes de civis eram com frequência atribuídas à “propaganda talibã”. Ocorreram inúmeros casos de censura, e ainda mais de auto-censura, sendo as iniciativas independentes confundidas com “ausência de patriotismo” (Rodrigues *in* Pureza e Ferrándiz, 2003: 94-95-96).

Na ofensiva militar anglo-americana contra o Iraque, em 2003, presenciou-se o estreitamento da relação entre mídia e Governo. Surgiu o conceito de jornalista *embedded*, na sequência do convite dirigido a diversos órgãos de comunicação, sobretudo britânicos e norte-americanos, para integrarem as unidades militares anglo-saxônicas. Este fenômeno, no qual os *media* puderam acompanhar as tropas numa nova versão de “guerra em direto”, parecia constituir a prova de uma política de “amizade e aproximação” dos militares em relação aos *media*, apesar de se terem colocado de imediato diversos limites à atuação dos jornalistas e à sua liberdade para informar. A “máquina de criação” do grande espetáculo mediático apenas se aperfeiçoou e adaptou às novas realidades, e a inovação dos repórteres “integrados” não implicou qualquer mudança significativa na possibilidade de compreender melhor esta guerra. A “guerra sem censura” prometida pelo Pentágono foi mais bem uma adaptação à nova dinâmica televisiva dos *reality shows* (Rodrigues *in* Pureza e Ferrándiz, 2003: 104).

Na opinião de Tortosa, o grande “destaque” informativo desta guerra foram os jornalistas *embedded*, “jornalistas integrados que acompanharam as tropas e transmitiram a versão oficial” (2003: 13). Um dos efeitos desta estratégia é o elemento de distração que implica: a noção de que “está acontecendo e você está vendo”, noção que, em todo caso, seria melhor entendida por “estás vendo, mas não estás entendendo”. “É como o caso das árvores que não te deixam ver o bosque. O espetáculo da ação direta impede, não favorece, a compreensão do conjunto. Se, além disso, o que o jornalista *embedded* pode transmitir está sujeito a normas rígidas e censura prévia, a função distrativa não pode ser mais evidente. Isso sem mencionar o fato de que aquilo que transmite já é uma deformação da realidade que ele ou ela está observando” (*ibid*: 15-16).

Saul Landau é ainda mais taxativo: “O termo *embedded* significa levar o jornalista para a cama (*em-bed*). Um jornalista que se deita com a unidade militar se converte em um escravo voluntário. Está sob as ordens dos militares. Vê o que o comandante quer que veja, ouve o que o comandante quer que ouça, não vai aos lugares que o comandante não quer que vá” (Saul *in* Tortosa, 2003: 18).

No entanto, como nos lembra Alejandro Quintero, já na Guerra das Malvinas havia jornalistas *embedded*. O controle britânico sobre os meios de comunicação foi férreo e certamente influenciou a relação entre os media e os militares nas posteriores Guerra do Golfo e Guerra do Iraque. Nas Malvinas, dos dezessete correspondentes - todos britânicos - que puderam acompanhar as forças expedicionárias tiveram que assinar um documento em que aceitavam a censura do Ministério da Defesa da Inglaterra. O lema era que esta guerra deveria ser “uma guerra de boas notícias”. O governo britânico controlava todos os meios de comunicação nacionais e “pedia” ajuda para acalmar a opinião pública em tempos de crise nacional. Tendo em vista que toda desobediência por parte dos jornalistas era castigada severamente, aos meios de comunicação não restou outra alternativa a não ser cumprir as ordens. Neste contexto, o Ministério da Defesa tinha as mãos livres para controlar a informação e promover campanhas de desinformação. Mais do que mentiras, a omissão de algumas informações foi a tática predominante. Aos lares britânicos, não chegaram imagens de sangue ou violência, apenas de celebrações e vitórias. Tanto os

correspondentes que acompanharam o exército quanto os jornalistas que ficaram em casa tiveram que optar entre o dever profissional e o patriotismo. Este último predominou (Quintero *in* Contreras e Sierra, 2004: 32-33).

Além da censura, da manipulação e do controle das informações por parte dos Governos envolvidos no conflito, existe ainda uma outra estratégia comunicativa bastante utilizada em situações de guerra: a desinformação. Como ressalta Quintero, em tempos de guerra, a necessidade de informação das sociedades implicadas direta ou indiretamente em um processo bélico se multiplica. Por outra parte, os atores do conflito necessitam do consenso da opinião pública e o buscam através da comunicação (Quintero *in* Contreras e Sierra, 2004: 19). A desinformação é uma das técnicas propagandísticas que mais eficácia pode ter em um conflito bélico. “Desinformar é dar informação intencionalmente manipulada a servido de determinados fins, dar informação insuficiente ou omiti-la. É difundir notícias falsas com uma finalidade política claramente definida por parte de um governo com poder real de fato. É manipular a informação com o fim de influir sobre a opinião e a reação das pessoas” (*ibid*: 25). De acordo com Xavier Giró, em uma guerra, “mentir é uma necessidade; dizer a verdade é uma traição. Esta é a lógica dos militares que cedem informações aos jornalistas. A guerra não se ganha ou perde nos meios de comunicação, mas o discurso mediático contribui para ganhá-la ou perde-la” (Giró *in* Contreras e Sierra, 2004).

Dentro deste contexto, certamente preocupante, o Jornalismo de Guerra (ou aquele “mau” jornalismo de guerra a que me referia no princípio) pode ser definido como uma atividade que encoraja a violência, a tensão ou o ódio entre raças, grupos étnicos ou sociais e países, quase sempre por objetivos políticos. Pode fomentar os conflitos oferecendo uma visão ou opinião parcial e superficial dos mesmos, revelando apenas um dos vários lados da história. É um bom exemplo de como a liberdade de expressão pode ser utilizada para agravar tensões existentes entre e dentro de países, provocando sentimentos nacionalistas e/ou o ódio étnico.

Este Jornalismo de Guerra não procura descobrir quais são as origens estruturais mais profundas do conflito e reduz o número de partes envolvidas em um conflito a duas, assim quem não é “meu amigo” é automaticamente “meu inimigo”. Dá-se assim uma simplificação do contexto político e dos próprios conflitos através da polaridade “nós” e “eles”, e disto resulta a humanização apenas dos indivíduos do “nosso” lado. Daí, por exemplo, as táticas utilizadas pelas fontes oficiais de informação para humanizar as “nossas” tropas. Há inúmeras histórias que se repetem constantemente nos meios de comunicação sobre a chegada das tropas, a despedida da família, as más condições climáticas que enfrentam etc.

Mick Hume explica que “a busca por histórias de interesse humano removidas de um contexto mais amplo levou a imprensa a tratar um lado do conflito na Bósnia como algo menos do que humano. O lado muçulmano, por outra parte, era apresentado como um bando de vítimas patéticas, em um contexto similar de caricaturarização”. O resultado de se impor uma moldura Bem *versus* Mal é que os conflitos apenas podem ser entendidos como consequência da genética humana, como resultado de impulsos bestiais. Ao invés de “humanizar” a guerra, acaba-se por desumanizar todos os lados envolvidos” (Hume *in The Peace Journalism Option*, 1998: 19).

### **3. Jornalismo para a Paz: uma alternativa frente ao modelo dominante**

Do mesmo modo que os Estudos para e sobre a Paz surgiram no momento em que a teoria das Relações Internacionais se mostrou limitada e incapaz de explicar as complexidades e as inúmeras problemáticas da realidade política e sócio-econômica internacional, o Jornalismo para a Paz surgiu como uma resposta e uma alternativa frente ao Jornalismo de Guerra, que vinha sendo posto em prática e que ainda segue sendo o modelo predominante nos meios de comunicação.

Johann Galtung começou a elaborar a tese do *Peace Journalism* na década de 70. Notou que a essência do Jornalismo de Guerra se baseava nos mesmos princípios do Jornalismo Esportivo (*Sports Journalism*): havia um foco na idéia de que vencer era a única coisa que

interessava em um confronto entre duas partes, divididas entre vencedores e perdedores. Assim, sugeriu que o Jornalismo para a Paz deveria ser mais como o Jornalismo de Saúde (*Health Journalism*): um bom correspondente da editoria Saúde descreveria, por exemplo, a batalha de um paciente contra as células cancerígenas espalhando-se por seu corpo. Mas também nos contaria sobre as causas do câncer – estilo de vida, meio ambiente, herança genética etc –, bem como sobre as possibilidades de cura e as medidas preventivas (Galtung *in* McGoldrick e Lynch, 2000: 9). O mesmo deveria fazer um bom correspondente de guerra – ou, neste caso, correspondente de paz – em relação a um conflito: contar ao público o que está acontecendo no momento na zona do confronto, mas também quais são as causas da guerra, em que contexto histórico está incluída, quem são, o que querem e o que pensam os atores envolvidos nela, quais são as causas da violência e que consequências (visíveis e não visíveis) pode trazer, quais são e onde estão as iniciativas de paz e quem está trabalhando por elas, quais seriam as possíveis alternativas não-violentas para o enfrentamento etc.

Na definição de Annabel McGoldrick e Jake Lynch, o Jornalismo para a Paz é uma maneira mais ampla, justa e apurada de contar as histórias, na medida em que se propõe a promover a análise, o entendimento e a transformação dos conflitos. Está baseado na prerrogativa de que as decisões que tomam os jornalistas enquanto cobrem um conflito tendem, inevitavelmente, a contribuir para o impulso da guerra ou para o impulso da paz. Estabelece as relações existentes entre os jornalistas, suas fontes, as histórias que relatam e as consequências de suas reportagens. O Jornalismo para a Paz cria uma educação de nãoviolência e criatividade na medida em que é aplicado ao trabalho diário de informar (McGoldrick e Lynch, 2000: 3).

Um dos objetivos do Jornalismo para a Paz é trazer a tona realidades que costumam ser esquecidas quando se fala de um conflito, mostrando, por exemplo, como as violências estrutural e cultural afetam o cotidiano das pessoas (aí incluem-se a pobreza, a fome, o desemprego, a discriminação racial ou étnica, as desigualdades sociais etc). Resistindo à noção de que o número de partes envolvidas em um conflito se reduz unicamente a duas, ultrapassa os binômios vitimização *versus* demonização, “bons” *versus* “maus”,

“agredidos” *versus* “agressores”, “nós” *versus* “eles”. O Jornalismo para a Paz adota, conscientemente, uma agenda pró-paz, acreditando ser esta a única alternativa genuína para uma agenda pró-guerra. Ao explorar os contextos político, econômico, social e estrutural dos conflitos, bem como seu processo de formação e desenvolvimento, cria inesperados caminhos para o diálogo e a concretização da paz. As “vítimas” de um conflito não devem ser apresentadas como vítimas passivas, mas como *peacemakers*. Daí também ser chamado de Jornalismo de Empoderamento - *Empowerment Journalism* (McGoldrick e Lynch in *The Peace Journalism Option*, 1998).

A jornalista Annabel McGoldrick afirma que o Jornalismo para a Paz pretende resgatar a importância do *porquê* nas notícias sobre guerras e conflitos. “Quanto mais você torna uma guerra transparente explicando *porque* ela ocorre, mais você pode abrir os olhos das pessoas para as possibilidades de resolvê-la” (2004). McGoldrick prefere não utilizar o termo *Peace Journalism* porque acredita que o mesmo afasta as pessoas. “Há muitos outros nomes: Jornalismo de Mudança, Jornalismo de Análise de Conflitos, Jornalismo Crítico etc. Ou simplesmente sem qualificativos” (2004). Para a autora, o Jornalismo para a Paz não significa negar ou ocultar a violência. Se a violência ocorre, há que mostrá-la, do contrário estaríamos caindo no mesmo erro que condenamos no tradicional Jornalismo de Guerra, ou seja, omitir ou ignorar elementos relevantes. “Não estou dizendo não ao *bang-bang*. Não podemos negar o fato de que hoje as imagens conduzem as guerras. No sistema atual, até as narrativas mais complicadas precisam ser estimulantes, do contrário o público não se interessa. Mas há que ser estimulante de um modo responsável, para que as notícias possam ser socialmente construtivas. Então, o que estou dizendo é: ok, vamos ter isso, mas vamos ter algo mais” (McGoldrick, 2004). Muitas vezes, se não fosse pela divulgação de imagens e relatos impactantes, a opinião pública não teria sequer conhecimento de algumas atrocidades e injustiças. Como exemplo, McGoldrick menciona as fotos – e a repercussão que tiveram estas fotos – das torturas cometidas por soldados estadunidenses e ingleses contra presos iraquianos. Para ela, estas imagens mostraram que também há “vilões” no “nosso” lado. A questão central é explicar o *porquê* da violência, em que contexto ocorre, analisá-la e situá-la de forma adequada ao invés de simplesmente mostrá-la, simplificando-a e convertendo-a em espetáculo. “Se você recebe imagens ao vivo da guerra e não tem

tempo para elaborar um texto que explique o contexto, então convida um jornalista experiente, que já cobriu outros conflitos, para estar presente no estúdio e explicar o que precisa ser entendido e que não pode ser entendido apenas com imagens” (*ibid*).

Segundo McGoldrick, mesmo nos conflitos em que aparentemente só há dois grandes “bandos” em disputa, como é o caso do conflito Israel-Palestina, é possível desmontar estes dois grandes grupos em muitos outros menores: israelenses que são contra a política de ocupação dos territórios, palestinos que são contra a Intifada, israelenses e palestinos que trabalham juntos pela paz etc. E isto é incrivelmente importante. Em conflitos como este, demasiado complexo e antigo, além da simplificação excessiva, há uma tendência para a personificação, ou seja, para o “duelo” entre os líderes Ariel Sharon e Yasser Arafat.

Um exemplo de Jornalismo para a Paz é o documentário, composto por sete histórias diferentes, que Annabel McGoldrick e Jake Lynh produziram no Oriente Médio. Duas destas histórias foram veiculadas na BBC e na CNN. Uma era sobre jovens soldados israelenses que se negavam a atacar os territórios ocupados. Outra era sobre o irmão de um “homem-bomba” que há muitos anos trabalha pela paz. “Foi impressionante ouvir o depoimento deste jovem. Como é possível que, tendo tido a mesma educação, um rapaz tenha se tornado um suicida e o outro um *peacemaker*? O fato é que o jovem que se suicidou estava tão traumatizado e horrorizado com o fato de um amigo seu, atingido pelo exército de Israel, ter morrido em seus braços que a única maneira que encontrou para lidar com isso foi explodir a si próprio. Isso quebrou aquela noção de que todos os suicidas são terroristas fanáticos e mostrou que nem todos os palestinos odeiam os israelenses e vice-versa” (McGoldrick, 2004). Ao invés de insistir nos aspectos que diferenciam as partes em conflito, é recomendável investir nos aspectos que elas possam ter em comum, facilitando o entendimento entre as mesmas.

Reportagens que ultrapassam a bipolaridade “bons” *versus* “maus”, não mostrando o sofrimento de apenas uma das partes envolvidas, ajudam a deixar os conflitos mais transparentes para o público. Conforme Johnatan Steele, no Kosovo, os meios de comunicação passaram a maior parte do tempo contando as atrocidades cometidas contra os

albaneses pelas forças sérvias. “Essa era a história principal, porque aconteceu em grande escala e com impunidade. Dentro da história principal havia, porém, sub-histórias. Os civis sérvios também estavam sofrendo. Também eles eram mortos ou raptados. Durante o conflito, eu relatei essas situações, tanto através do relato de assassinatos quanto de entrevistas a familiares de vítimas sérvias, apesar de nem sempre ser tão fácil relatar o que estava acontecendo aos sérvios como era relatar acontecimentos semelhantes na vida dos albaneses. Os sérvios recusavam-se frequentemente a falar com os jornalistas, alegando que apenas iríamos distorcer o que eles diziam” (Steele *in* Pureza e Ferrándiz, 2003: 84). No entanto, mesmo sendo importante não relatar apenas o sofrimento de um dos lados, o autor afirma que é importante contextualizar as histórias em termos de escala e de proporção. “Os sérvios no Kosovo sofreram, mas os albaneses sofreram em maior número. Um perigo que os jornalistas têm de evitar é o da falsa equivalência. O assassinato de um sérvio é obviamente tão grave quanto o de um albanês. Mas se o conflito produz dez assassinatos de sérvios e uma centena de assassinatos de albaneses, então isto tem que ser dito” (*ibid*: 85).

Outro exemplo de peca jornalística que além mais além do “convencional” foi uma reportagem realizada por Fergal Keane, correspondente da BBC no genocídio de Ruanda, em 1994. Keane contou a história de um líder religioso *Hutu*, no distrito de Kigali, que organizou um comboio de veículos para retirar mais de cem crianças *Tutsis* de um estádio. As crianças haviam sido presas pelos *Hutus*, estavam trancadas neste estádio há dias e possivelmente seriam mortas. Keane não descobriu esta história por acaso; investigou e acabou encontrando. Apesar da pressão e da desconfiança do exército *Hutu*, a iniciativa de libertar as crianças ocorreu com sucesso, e a reportagem foi emitida na BBC (Keane *in The Peace Journalism Option*).

Em 1998, Galtung propôs uma tabela de comparação entre o modelo dominante (Jornalismo de Guerra) e o modelo alternativo (Jornalismo para a Paz). A idéia era colocar os dois modelos lado a lado para contrastar as características, objetivos, posturas, tendências e valores principais de cada uma das correntes jornalísticas, sempre em relação à cobertura de conflitos armados. Galtung definiu quatro grandes orientações ou lógicas para a análise comparativa: **Guerra/Violência** *versus* **Paz/Conflito** (porque conflito não é

sinônimo de algo negativo nem de violência); **Propaganda versus Verdade**; **Elites versus Pessoas**; e, por fim, **Vitória versus Solução** (Galtung in *The Peace Journalism Option*).

Dentro da lógica **Guerra/Violência**, o Jornalismo de Guerra centra-se no terreno do confronto, onde duas partes lutam por um único objetivo (vencer); vê o conflito como um espaço fechado em um período de tempo limitado, buscando as causas e soluções no terreno do confronto (o importante é “quem atirou a primeira pedra”); faz as guerras opacas e escuras; dá voz aos “nossos”, dentro de um jornalismo “nós-eles”; tende a um tratamento e a uma abordagem superficiais e simplificadas; enumera somente os atores principais; converte as guerras em espetáculos (“guerras ao vivo”, com imagens, vinhetas etc); utiliza uma linguagem bélica e estereotipada (os “terroristas” estão sempre do “outro” lado); vê “eles” como o problema (demonização de um ator/parte/etnia); desumaniza “os outros” (as armas dos “outros” são o pior); é reativo, espera pela violência para informar; mostra apenas os efeitos visíveis da violência (mortos, feridos, perdas materiais etc).

O Jornalismo para a Paz, ao contrário e dentro da lógica **Paz/Conflito**, explora a formação do conflito, identificando todas as partes, objetivos e causas; vê o conflito como um espaço aberto, em um período de tempo aberto, buscando as causas e soluções fora do terreno; oferece uma visão mais ampla, fazendo os conflitos claros e transparentes; dá voz a todos os atores, promovendo a empatia, o entendimento e a compreensão; aposta em um tratamento e uma abordagem mais amplos, críticos e profundos; se preocupa com o contexto e o processo dos conflitos; utiliza uma linguagem justa e igual para todos os atores (também há “terroristas” no “nosso” lado); vê a guerra como o problema, não “eles”; enfatiza a criatividade que comporta o conflito; humaniza todas as partes (as armas são o pior, as “nossas” e as dos “outros”); é preventivo, procura agir antes de qualquer ocorrência de violência; mostra também os efeitos invisíveis da violência (perdas e estragos culturais, consequências psicológicas a longo prazo etc).

Dentro da lógica **Propaganda**, o Jornalismo de Guerra expõe as falsidades “deles”; colabora com os “nossos” enganos e mentiras; divulga boatos e exageros sem averiguar nem contrastar; simplifica o contexto dos conflitos; faz uso de estratégias como a

desinformação ou a seleção tendenciosa dos fatos. O Jornalismo para a Paz, dentro da lógica **Verdade**, expõe as falsidades de todos os lados; revela todos os enganos e mentiras; averigua e contrasta a veracidade das informações antes de divulgá-las (Quem são as fontes? Por que estão me contando tal história? Por que querem que eu acredite nelas?); explica o contexto dos conflitos; não segue critérios políticos ou econômicos para decidir o que será incluído e o que será deixado de fora de uma notícia (o compromisso maior é para com o público).

Dentro da lógica **Elites**, o Jornalismo de Guerra enfatiza o sofrimento dos “nossos” e destaca os homens de elite, convertendo-os em sua principal fonte de informação; nomeia os “vilões” do lado “deles”; sinaliza e destaca os homens de elite que trabalham pela paz, silenciando outras iniciativas de paz. O Jornalismo para a Paz, dentro da lógica **Pessoas**, enfatiza o sofrimento de todos e destaca grupos que costumam ser silenciados ou vitimizados pelos *media*, como mulheres, crianças e idosos, dando voz a quem não a tem; nomeia todos os “vilões”, os “nossos” e os “deles”; destaca todos os grupos e pessoas que trabalham pela paz.

Por fim, dentro da lógica **Vitória**, o Jornalismo de Guerra vê a paz como o resultado de vitória mais cessar-fogo; oculta as iniciativas de paz antes que a vitória esteja garantida; enfatiza os tratados, as instituições, o discurso hegemônico; vive para uma próxima guerra, ou para a mesma se a violência retornar. O Jornalismo para a Paz, dentro da lógica **Solução**, vê a paz como o resultado de nãoviolência mais criatividade; destaca as iniciativas de paz, também para prevenir mais violência; enfatiza a estrutura, a cultura, o contexto e o discurso alternativo; se preocupa com os efeitos e as repercussões, tentando promover a transformação, a reconstrução e a reconciliação.

Há uma crença fortemente enraizada na profissão que diz que os jornalistas apenas relatam os fatos. O problema com esta afirmação se tornou mais evidente quando os meios de comunicação conquistaram um protagonismo determinante e inegável na sociedade. Muitas pessoas sabem como criar fatos para os jornalistas noticiarem. Muitos governos incluem suas políticas e ações dentro de uma chamada “estratégia de mídia”. Um cálculo sobre a repercussão e os efeitos dos fatos – na opinião pública, por exemplo – costuma estar

incluído na agenda política dos governos. Mas como os governos sabem que fatos criar ou como apresentá-los de modo que sejam noticiados e destacados de uma forma que lhes convenha? Com base em experiências anteriores, em acontecimentos que já foram destaque no seu devido momento. Cada vez que um jornalista reporta algum fato, acrescenta outra “pista” ao entendimento coletivo sobre como a mídia irá se posicionar frente a situações similares no futuro (Lynch, 2002). Neste sentido, os jornalistas influenciam o tipo de fatos que provavelmente serão “criados” para eles próprios relatarem no futuro. As notícias podem influenciar o comportamento futuro das partes envolvidas em um conflito. Se pode sugerir que a violência que ocorre no terreno e que é massivamente destacada pelos meios de comunicação pode acabar gerando mais violência. Seria como um ciclo, no qual a violência seria entendida como um bom modo de chamar a atenção. Por este motivo, a crença de que “os jornalistas apenas relatam os fatos” dá uma idéia incompleta do papel do jornalista. Além disso, a objetividade também pode sugerir que as coisas são do jeito que são “porque este é simplesmente o jeito que são”, fazendo com que a mudança pareça impossível e eliminando as opções para soluções criativas. Autoproclamar-se objetivo é uma desculpa fácil para quem quer se isentar de responsabilidades. Nas palavras de Eduardo Galeano, “os que fazem da objetividade uma religião mentem. Eles não querem ser objetivos, mentira: querem ser objetos para salvarem-se da dor humana” (1989).

Na opinião de Jonathan Steele, “para se ser um bom jornalista, é indispensável uma certa dose de emoção no trabalho. A raiva é particularmente importante. Num mundo onde há tanta injustiça, deslealdade, miséria e crueldade, temos de sentir raiva. É o que nos faz continuar. O maior risco profissional para os jornalistas é o cinismo: a sensação de que já vimos tudo aquilo antes, de que nada pode ser feito, de que a vida é um ciclo de violência e desespero sem fim” (2003: 84).

O Jornalismo para a Paz é aqui proposto e entendido como uma lógica alternativa à lógica dominante do Jornalismo de Guerra. Os “seguidores” deste modelo alternativo seriam profissionais e instituições comprometidos com a paz, a igualdade, a justiça e outros valores importantes que costumam ser deixados de fora de uma abordagem jornalística “belicista”. A objetividade que alegam e defendem está, queiram ou não e tenham

conhecimento disto ou não, comprometida com um discurso hegemônico. Na opinião de Quintero, se, a través da propaganda e da desinformação se pretende desmoralizar o inimigo e legitimar a ofensiva bélica frente a opinião pública, não podemos supor que, em uma situação de crise, a informação possa ser neutra. Em primeiro lugar, pelo uso propagandístico que se pode fazer da informação. Em segundo lugar – e principalmente – pela censura. Impedir a difusão de idéias contrárias e seleccionar a informação mais “apropriada” e “conveniente” são mecanismos de manipulação propagandística (Quintero *in* Pureza e Ferrándiz, 2004: 23).

Analisando desta maneira, a situação, então, muda: o discurso dominante do Jornalismo de Guerra seria, ao contrário do que se deduz em um primeiro momento, o mais comprometido de todos. O discurso alternativo do Jornalismo para a Paz também continuaria sendo comprometido, mas, ao contrário do que ocorre com a lógica do primeiro, seu comprometimento é declarado e aberto. Depende muito de para com quem e para com o que este comprometimento está relacionado. Nas palavras de Alejandro Quintero, “não pretendo afirmar que frente a um determinado conflito se produza uma conspiração dos meios para manipular a informação sobre o mesmo. Muito provavelmente, a maioria dos jornalistas que escrevem, informam ou que são enviados ao terreno cumprem os requisitos exigidos para garantir o rigor informativo e a objetividade jornalística. Os meios de comunicação também acolhem vozes críticas a guerra - ainda que em menor número e com menos ênfase. Mas o certo é que o que chega ao cidadão é quase sempre o “politicamente correto” (Quintero *in* Pureza e Ferrándiz, 2004: 41).

De todas formas, todo jornalismo é intervenção. A única escolha que se pode fazer é sobre a ética desta intervenção, daí a pergunta: “O que eu posso fazer para que a minha intervenção aumente as prospectivas de paz?”. Talvez mais do que qualquer outra coisa, o Jornalismo para a Paz exige um comprometimento por parte dos jornalistas. Um comprometimento com a busca de condições e realidades mais justas. Um comprometimento que passa, necessariamente, pela consciência e convicção de que a forma como desempenham sua tarefa, as escolhas que fazem e as posturas que assumem frente aos episódios que presenciam podem alterar, condicionar e influenciar acontecimentos

futuros. De acordo com Melissa Baumann, presidente do *Media Peace Centre* na Cidade do Cabo, África do Sul, “é um compromisso para repensar nossos papéis como jornalistas a favor de sermos mais pró-ativos e menos reativos, para sermos atores facilitadores da solidificação da paz. Um compromisso para dar-nos conta do prejuízo que podemos fazer como jornalistas se não formos conscientes do impacto que podemos causar. Um compromisso para contar mais histórias que não costumam ser contadas, para desafiar narrativas dominantes. Um compromisso para empoderar mais as populações locais, as pessoas envolvidas nos conflitos, para que elas contem suas próprias histórias e falem por si mesmas. Um compromisso ou um senso de responsabilidade para com os indivíduos sobre os quais escrevemos” (Baumann in *Reporting the World*).

De acordo com Xavier Giró, quando falam de um conflito, os jornalistas se convertem em atores do mesmo (Giró, 2004). Para Jake Lynch, autor do livro *Reporting the World* e um dos profissionais que mais escreve sobre o Jornalismo para a Paz, “cada jornalista carrega, em todo e qualquer momento, uma parte não conhecida da responsabilidade pelo o que acontece em seguida” (Lynch, 2002: 12). A presença de repórteres condiciona a história que estão cobrindo, tornando a objetividade impossível. As partes de um conflito se comportam de maneira diferente porque a mídia está lá e tentam influenciar a cobertura para benefício próprio. Para Mark Brayne, editor da BBC World Service, “dizer que nós apenas relatamos fatos objetivos, de forma equilibrada, é uma doce fantasia, porque estamos constantemente sob enormes pressões” (Brayne in *Reporting the World*).

#### **4. O Jornalismo para a Paz e o “Quinto Poder”**

Os meios de comunicação são, ao mesmo tempo, causa e consequência da globalização neoliberal, uma vez que possibilitaram e facilitaram seu surgimento e concretização e se converteram, pouco a pouco, em um dos principais instrumentos para a perpetuação e a supremacia do discurso hegemônico. De acordo com Ignacio Ramonet, a imprensa e os meios de comunicação foram, durante décadas, no marco democrático, um recurso dos cidadãos contra o abuso dos poderes legitimados. Os três poderes tradicionais – executivo, legislativo e judiciário – podiam falhar, confundir-se e cometer deslizes. Em um contexto

democrático, os jornalistas e os meios de comunicação com frequência consideraram um dever prioritário denunciar, entre outras coisas, as violações dos direitos dos cidadãos. Por esta razão, durante muito tempo, se falou em um “quarto poder”, que representava, com efeito, a função pública, política e social que exerciam o jornalismo e os meios de comunicação. Em síntese, a mídia servia e teria surgido para dar voz aos sem-voz (Ramonet, 2003).

No entanto, nos últimos quinze anos, na medida em que se acelerava a globalização neoliberal, este “quarto poder” foi-se esvaziando de sentido e perdendo aos poucos sua função original de contrapoder, ao refletir o modelo capitalista vigente e se converter em um canal propagador do mesmo. A lógica do mercado é também a lógica dos *media*, que se preocupam essencialmente em lucrar e influir. Para Ramonet, a globalização neoliberal é também a globalização dos meios de comunicação de massa e da informação. Segundo o autor, a pergunta que se deve fazer então é: Como reagir? Como se defender e resistir a ofensiva do poder mediático? Ramonet afirma que é necessário criar um “quinto poder”, que nos permita opor uma força cívica cidadã a esta concentração de poderes. Um “quinto poder” cuja função seria denunciar o superpoder dos meios de comunicação, dos grandes grupos mediáticos, cúmplices e difusores da globalização hegemônica (Ramonet, 2003).

Sendo a mídia, em seu conjunto, um dos principais atores da sociedade civil, toda e qualquer manifestação contra a globalização neoliberal e o discurso hegemônico surgida no seio dos próprios meios de comunicação é uma forma de resistência ao poder e à lógica dominantes e, desta forma, um elemento integrante e fortalecedor do “quinto poder” e da força cívica cidadã propostos por Ramonet. Daí podermos considerar o Jornalismo para a Paz, na medida em que surge como um modelo alternativo à corrente dominante, uma peça fundamental deste e para este “quinto poder”. Robert Karl Manoff, diretor do *Centre for War, Peace and the News Media* da Universidade de Nova Iorque, argumenta que, uma vez estabelecido que o jornalismo não pode ser objetivo, assume-se uma responsabilidade extra: “Por razões políticas, humanitárias e morais, não podemos deixar de nos perguntar o que mais podemos fazer para reduzir e prevenir os conflitos. E por que incluir os *media* neste contexto? Porque está claro que, juntos, as novas tecnologias da informação, os meios de

comunicação, os profissionais, suas normas e práticas constituem uma das forças fundamentais que hoje modelam e influenciam a vida dos indivíduos e o destino de pessoas e países. Os *media* constituem o recurso humano maioritário cujo potencial para ajudar a prevenir e moderar a violência social necessita ser discutido, avaliado e, de maneira apropriada, mobilizado” (Manoff in *The Peace Journalism Option*).

O jornalismo é um negócio cada vez mais competitivo, mas ainda assim há muitas oportunidades em que a cooperação entre os próprios jornalistas poderia fortalecer os esforços de um Jornalismo para a Paz. Sendo as estruturas, políticas e pressões do sistema em que atuam os jornalistas bastante rígidas, a opção por um Jornalismo para a Paz deve ser encorajada através de meios informais. Por exemplo, através de redes formadas por profissionais comprometidos que trabalhem em diferentes meios de comunicação (experiência do projeto *Medios para la Paz*, da Colômbia) e da solidificação dos laços entre profissionais da mídia e de Organizações Não Governamentais. Compartilhar informações, contatos, opiniões e experiências com membros de uma rede formada por jornalistas comprometidos com o Jornalismo para a Paz é um método poderoso para gerar e aumentar a conscientização dos profissionais da mídia.

É esperado que a atual e predominante tendência jornalística resista às idéias do Jornalismo para a Paz. Aliás, o objetivo não é converter todos em repórteres para a paz, mas pelo menos trazer novos modos de análise, posturas e valores jornalísticos ao debate público, até um ponto em que ninguém possa negar que alternativas mais justas e éticas existem. Para os que alegam que jornalistas não são “super-heróis” e que, como qualquer outro profissional de qualquer outra área, tem limitações, reitera-se que não é isto, em hipótese alguma, o que está sendo sugerido aqui. Não há dúvidas sobre as limitações dos jornalistas, como pessoas e como profissionais. Também não há dúvidas de que este debate não diz só respeito ao que cada jornalista pode e deveria fazer individualmente. Está claro que muitas decisões estão fora do alcance dos jornalistas ou, mesmo as que não estão, podem facilmente ser barradas pela ideologia e pela postura das empresas de comunicação para as quais trabalham. O que se tenta mostrar aqui é que, mesmo não sendo fácil – e de fato não o é – assumir e batalhar por uma lógica e um discurso jornalísticos alternativos, não-

hegemônicos e comprometidos com valores de justiça, igualdade e paz, tão pouco é impossível. É complicado ir contra a corrente, mas também é cômodo demais alegar que algo simplesmente não pode ser feito e que por isso nem vale a pena tentar. Ou nem sequer debater. Se já houve e há experiências práticas e exitosas de um Jornalismo para a Paz, é sinal de caminhos e possibilidades há. Faz falta melhorá-los e ampliá-los. Não se espera que, de um dia para o outro, emissoras como a CNN, por exemplo, abandonem sua ideologia e sua linha de atuação e assumam outras. Isto, sim, seria utopia. É claro que nem todas as peças e textos jornalísticos podem conter uma explicação exaustiva do conflito. O que está em questão é a mensagem e o tipo de explicação que são dadas ou que estão implícitas nas notícias que saem dia após dia. A reflexão que talvez se possa deixar é que, quando pensamos em mudança, temos a tendência de querer começar mudando o mundo. Depois, nos damos conta de que talvez seja melhor começar pelo nosso próprio país. Mais adiante, vemos que o mais apropriado é tentar mudar a cidade onde vivemos. Depois a família. Finalmente, entendemos que quem primeiro deve mudar somos nós mesmos.

### **Bibliografia:**

- CONTRERAS, Fernando R. y Francisco SIERRA (coords.): *Culturas de guerra*, Madri, Frónesis-Cátedra-PUV.
- GALEANO, Eduardo (1989): *O livro dos abraços*, São Paulo, L&PM Editores.
- LYNCH, Jake e Annabel McGoldrick (2002): *Reporting the World*, Berkshire, Peace and Conflict Forums.
- LYNCH, Jake e Annabel McGoldrick (2000): “Peace Journalism: How to do it?”, em Transcend Institute, [http:// www.transcend.org/pjmanual](http://www.transcend.org/pjmanual), consulta 10-06-2004.
- PUREZA, José Manuel e Ferrándiz, Francisco (coords.) (2003): *Fogo sobre os media*, Coimbra, Andaimos do Mundo.
- RAMONET, Ignacio (1999): *A tirania da comunicacao*, Porto, Campo das Letras.
- (2003): “El quinto poder”, *Le Monde Diplomatique*, outubro 2003.
- *The Peace Journalism Option* (1998), publicado por Conflict and Peace Forums, em Transcend Institute, [http:// www.transcend.org/pjmanual](http://www.transcend.org/pjmanual), consulta 10-08-2004.

- TORTOSA, José Maria (2003): “El papel de los medios”, Alicante, Universidade de Alicante.
- Entrevista com Annabel McGoldrick, realizada em Barcelona, a 20 de maio de 2004.